

## O google eleitor



Por **EUGÊNIO BUCCI\***

*O que o google levou a público no primeiro de maio foi um editorial opinativo, como se fosse um jornal comum. Agiu como se fosse imprensa*

A gente já conhecia o google translator (vulgo “tradutor”), o google meet, o google calendar, o google isso e o google aquilo. São muitos, sortidos, como as diversas cabeças de uma hidra esperta. Agora, no transcurso do feriadão de primeiro de maio, o Brasil foi apresentado ao google eleitor. Este é o tal que toma parte em processos decisórios de uma nação soberana – a saber, o Brasil. Interfere abertamente numa deliberação que deveria se restringir aos eleitores desta terra e aos seus representantes no parlamento. O google eleitor é meio “entrão”: exerce a cidadania que, até a semana passada, não tinha.

Agora, tem. Todo mundo viu. Nestes dias, conforme a Câmara dos Deputados se aproximava da data de votação do Projeto de Lei 2.630 (o PL das *Fake News*), marcada para terça passada, dia 2 de maio, as redes sociais se excitaram desbragadamente. As borbulhas cívicas foram além do costumeiro bate-boca entre seres humanos, robôs e seres desumanos. As próprias plataformas começaram a agir como se fossem *lobistas*, e isso sem disfarces. Então, o maior site de buscas em atividade no país tomou partido. “O google colocou em sua página inicial um link para o artigo contra a proposta”, registrou o jornal *O Estado de S. Paulo* em sua primeira página.

Isso mesmo. Numa conduta atípica, inesperada e chantagista, o oráculo digital planetário entrou com tudo na campanha para derrubar a data de votação do PL, e o mais incrível é que conseguiu. Levou a melhor. Na própria terça, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), anunciou o adiamento da pauta. Foi um anticlímax. A proprietária do Google, chamada Alphabet, que também é dona do YouTube, assumiu a liderança do cordão histriônico e burlesco daquele pessoal que fala contra a censura enquanto milita para liquidar a liberdade e os direitos alheios. Não, isso não era comum nestas plagas.

Agora, estamos numa cena difícil de explicar e ainda mais difícil de entender. A Inteligência Artificial parece ter aprendido que o Brasil, que nunca foi para principiantes, está aí ao sabor dos caprichos de agentes traquejados, mesmo quando estrangeiros natos. Melhor dizendo, a Inteligência Artificial ascendeu à iluminação de saber que para os aventureiros digitais está aberta a temporada de lançar mão dos destinos desta terra.

Isso posto, ficam as perguntas que não querem silenciar. A famosa plataforma vai interferir nas eleições para prefeito, no ano que vem? Vai apostar em alguns postulantes à vereança, em detrimento de outras candidaturas? E em 2026, vai favorecer presidenciais? Até onde chegarão os tentáculos do google eleitor?

Você pode ter suas críticas ao PL 2.630, em que encontramos até erro de pontuação. O projeto tem acertos, amplamente reconhecidos, mas não está livre de falhas. Portanto, você pode dizer que, na redação dos artigos que deveriam ir à votação em plenário anteontem, deputados e senadores foram contemplados com proteções demais, enquanto gente sem

# a terra é redonda

mandato ficou à mercê de controles um tanto insondáveis. Você também pode alegar que há conceitos vagos no texto legal, assim como poderá observar que faz falta uma agência reguladora com mandato, competência e alcance claramente demarcados.

Enfim, você pode mesmo estar em desacordo frontal com o famigerado PL 2.630, mas não poderá negar, nem mesmo você, que este negócio de uma gigante do capitalismo digital, uma *big tech* com sede nos Estados Unidos, cerrar fileiras com próceres do bolsonarismo tardio numa polêmica pública, que fere o nervo do interesse nacional, é pra lá de esquisito. Será que a nação não poderia resolver sozinha mais essa encruzilhada de seu destino? Será que nós, brasileiros, precisamos ser tutelados por um conglomerado monopolista global?

E não é só. O que o google levou a público no primeiro de maio foi um editorial opinativo, como se fosse um jornal comum. Agiu como se fosse imprensa – justo ele, que vive de arguir, em sua defesa, que não tem nada de imprensa e que, por isso, não pode arcar com responsabilizações editoriais. Sim, desta vez a superplataforma se comportou como um diário convencional.

Isso acrescenta novos complicadores à nossa equação constrangedora. As democracias têm o hábito de confiar a mediação do debate público – função classicamente exercida pelos meios de comunicação – a quem tem a nacionalidade daquele país. Nada mais óbvio. As decisões internas de uma sociedade nacional e de um Estado devem ficar a cargo de quem nasceu lá, mora lá e pretende seguir vivendo lá.

No Brasil, a mesma cautela aparece no artigo 222 da Constituição federal: “A propriedade de empresa jornalística e de radiodifusão sonora e de sons e imagens é privativa de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, ou de pessoas jurídicas constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sede no País”. Isso não quer dizer, é claro, que o google não possa atuar no Brasil; quer apenas dizer que ele não deveria se arvorar a conduzir os processos decisórios internos da nossa democracia. Alguma coisa está fora de ordem, fora de lugar, fora de prumo.

*\*Eugênio Bucci é professor titular na Escola de Comunicações e Artes da USP. Autor, entre outros livros, de A superindústria do imaginário (Autêntica).*

Publicado originalmente no jornal [O Estado de S. Paulo](#).

---

**A Terra é Redonda existe graças aos nossos leitores e apoiadores.**

**Ajude-nos a manter esta ideia.**

**[Clique aqui e veja como](#)**